



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS

LUCIENNE DIAS DA CONCEIÇÃO

**A EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DO PROCESSO DE TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL.**

FERNANDÓPOLIS

2017

LUCIENNE DIAS DA CONCEIÇÃO

**A EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DO PROCESSO DE TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação Educacional de Fernandópolis, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Eliane M.M. Amicucci

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS
FERNANDÓPOLIS, 2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS

Conceição, Lucienne Dias da

A educação permanente no âmbito do processo de trabalho do assistente social, com revisões bibliográficas, Lucienne Dias da Conceição, Fernandópolis, 2017; orientadora: Prof^a. Mestre Eliane M.M. Amicucci, Fernandópolis, 2017.

Monografia (Conclusão de Curso - Graduação em Serviço Social. Área de Concentração: Ciências Sociais) - Faculdades Integradas de Fernandópolis.

1. Educação Permanente, 2. Educação, 3. Serviço Social. 4. Cotidiano.

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUCIENNE DIAS DA CONCEIÇÃO

A EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação Educacional de Fernandópolis, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Examinadores:

Aprovada em: ____/____/2017

Prof^a. Mestre Rosana Cardoso
Instituição: Faculdades Integradas de Fernandópolis
Curso: Serviço Social

Prof^a. Mestre Eliane M. M. Amicucci
Instituição: Faculdades Integradas de Fernandópolis
Curso: Serviço Social

Prof^a. Mestre Elaine Friozi G. Guimarães
Instituição: Faculdades Integradas de Fernandópolis
Curso: Serviço Social

Prof^a. Mestre Eliane M. M. Amicucci
Presidente da Banca Examinadora

Dedicatória

Dedico esse trabalho à minha família, e amigos, por tudo quanto me puderam proporcionar principalmente carinho e afeto, dedicação e desprendimento, proteção e amor. Dedico também às pessoas intimamente ligadas a minha vida que, nesse período de desenvolvimento deste trabalho, me ajudaram com paciência, carinho e compreensão, demonstrando que a superação nos momentos difíceis vale a pena, principalmente por estar ao lado de quem realmente se importa com o meu sucesso.

Agradecimento

Agradeço primeiramente a Deus, que me força, sabedoria e disposição para construir meus sonhos. A minha família que apesar de tantas as dificuldades sempre se mantiveram firme e ao meu lado. Aos professores e pessoas que indiretamente ou diretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui. Aos amigos da Turma que mesmo em momentos que fraquejei sempre me deram uma palavra de apoio. Nestes anos de estudo e dedicação, percebi que tenho grandes dádivas: O convívio entre pessoas, a partilha de alegrias e a troca do maior bem do mundo: o conhecimento.

Epígrafe

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar”.

Marilda Vilela lamamoto

RESUMO

CONCEIÇÃO, D. L. **Análise crítica sobre o processo de trabalho do assistente social, no âmbito de uma educação permanente.** Monografia (Graduação em Serviço Social) - Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação Educacional de Fernandópolis, Fernandópolis-SP, 2017.

Essa pesquisa visa analisar o processo de trabalho do assistente social, e dialogar no âmbito de uma educação permanente, demonstrar a importância dessa educação e analisar o processo que a mesma envolve, também têm como objetivo refletir criticamente sobre o processo de trabalho do assistente social, no âmbito de uma educação permanente, trazendo uma análise crítica do profissional de serviço social em relação à educação permanente em seu cotidiano. Busca especificamente, reforçar a educação na área, analisar todo o processo, verificar aspectos positivos e negativos desse trabalho, relatar a realidade ocorrida nessa profissão. Para tanto, atribuída pela questão social na realidade atual, compreendemos uma tática para a intervenção, mais empenhada para resultados que possam intervir um espaço de reflexão crítica ao processo de trabalho, torna-lo uma ferramenta de enfrentamento da questão social. Para a direção desta reflexão, é necessária a compreensão de que o ambiente privilegiado da intervenção profissional é o dia a dia que se apresenta, qual espaço é mais promissor para o desenvolvimento de conhecimentos e o alcance de capacidades da educação permanente. Para a realização dessa pesquisa a metodologia utilizada foi às revisões bibliográficas, onde abordam esse tema, e variados artigos científicos com ênfase no assunto proposto. No trabalho irá traçar a história do serviço social: com sua trajetória, a política da educação permanente, a interlocução entre a educação e o trabalho, o mercado de trabalho, o trabalho do assistente social em tempos de intensificação e precarização do trabalho, o trabalho do assistente social em seu cotidiano, Crise no Brasil: impactos no trabalho social, a intensificação do trabalho no campo dos serviços, todos esses subtítulos ajudam no desenvolvimento da análise crítica sobre o tema, pois dessa forma busca-se desde a origem da história até os dias atuais, podendo comparar e realmente desenvolver um estudo baseado na bibliográfica existente. Opta-se nas considerações finais para a formação da educação permanente na área o que implica sempre em um processo de aprendizagem constante no próprio local de trabalho e também na troca de conhecimentos que essas ações proporcionam e as tarefas de grupo, o efetivo respeito pelas diferenças e a busca efetiva de mudanças no contexto existente atualmente no Serviço Assistencial disponível em nosso país.

Palavras-chave: Educação Permanente, Educação, Serviço Social, Cotidiano.

ABSTRACT

CONCEIÇÃO, D. L. **Critical analysis on the work process of the social worker, in the context of a permanent education.** Monograph (Graduation in Social Service) - Fernandópolis Integrated the college, Fernandópolis Educational Foundation, Fernandópolis-SP, 2017.

The objective of this study is to reflect critically on the work process of the social worker, within the framework of a permanent education, bringing a critical analysis of the social service professional in relation to the permanent education in their daily life. For this, attributed by the social question in the current reality, we understand a tactic for the intervention, more committed to results that can intervene a space for critical reflection on the work process, makes it a tool for coping with the social question. For the direction of this reflection, it is necessary to understand that the privileged environment of the professional intervention is the day to day that presents itself, which space is most promising for the development of knowledge and the attainment of the capacities of the permanent education. For the accomplishment of this research the methodology used was to the available bibliographies, some authors that approach this subject, and varied scientific articles with emphasis in the proposed subject. Continuing education implies learning in the workplace, exchange of knowledge, group tasks, respect for differences and effective change.

Key words: Permanent Education, Education, Social Work, Daily life.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL	14
1.1 Trajetórias Do Serviço Social.....	14
1.2 A Política da Educação Permanente do Assistente Social.....	17
1.3 A interlocução entre a educação e o trabalho.....	20
2 MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	23
2.1 A Conjuntura do Trabalho.....	23
2.2 O Trabalho do Assistente Social em Tempos de Intensificação e Precarização do Trabalho.....	29
3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM SEU COTIDIANO	31
3.1 Análise do Cotidiano.....	31
3.2 Crise no Brasil: impactos no trabalho e na proteção social.....	34
3.3. A intensificação do trabalho no campo dos serviços.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo refletir criticamente sobre o processo de trabalho do assistente social, no âmbito de uma educação permanente, visa especificamente, reforçar a educação na área, analisar todo o processo, verificar aspectos positivos e negativos desse trabalho, relatar a realidade ocorrida nessa profissão.

Para tanto, atribuída pela questão social na realidade atual, compreendemos está uma tática para a intervenção, mais empenhada para resultados que possam intervir em um espaço de reflexão crítica ao processo de trabalho, torna-se uma ferramenta de enfrentamento da questão social.

Para a direção desta reflexão, é necessária a compreensão de que o ambiente privilegiado da intervenção profissional é o dia a dia que apresenta um ambiente promissor de desenvolvimento, de conhecimentos e o alcance de capacidades.

A educação permanente implica a aprendizagem no próprio local de trabalho, a troca de conhecimentos, as tarefas de grupo, o respeito pelas diferenças e a efetivação de mudanças.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou, ainda, interesse econômico o exijam. A formação e a educação são permanentes na razão, de um lado, da finitude do ser humano de outro; da consciência que ele tem da sua finitude. O ser humano incorpora à sua natureza “não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí” (FREIRE, 2003, p. 20).

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de discutir sobre a importância da educação permanente para o profissional assistente social.

Para tanto, a educação permanente é importante em todas as profissões e áreas do conhecimento, pois articula a dinâmica e complexa realidade em transformação trazendo o aceleração das questões que precisam ser desveladas e analisadas.

Educação Permanente nos horizontes do projeto crítico e hegemônico da profissão busca potencializar as diferentes ações e iniciativas coerentes com o

projeto de formação profissional, que não se encerra na graduação. Pelo contrário, coloca-se na rica e complexa dinâmica das relações sociais, a fim de produzir respostas coerentes com o compromisso profissional de qualidade dos serviços aos/às usuários/as, bem como o adensamento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na intervenção dos/as assistentes sociais brasileiros/as. Contudo, a educação permanente é instrumento muito importante para as construções e qualificações de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política. Dessa forma, é necessário reconhecê-la também como instrumento fundamental de luta política e ideológica. (CEFESS,2012)

Para a realização dessa pesquisa buscaremos mais esclarecimento em pesquisas bibliográficas através de livros, revistas, monografias e teses.

A Pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundarias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fitas magnética e audiovisual: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências, seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida através de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos.

Para Manzo (1971:32), a bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”, e tem por objetivo permitirão cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”, (Trujilo, 1974:230). Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. (LAKATOS, 2007, p.71).

As inquietações trazidas quando nos apresentamos como graduandos do curso de Serviço Social, diante de pontos de vista ainda tradicionais da profissão percebida nos vários espaços da sociedade, desde o sujeito mais simplório como diante de doutores das universidades, motivou-nos a desenvolver este trabalho de conclusão de curso. Percebemos que a maioria das pessoas ainda possui a visão do

Assistente Social que contribui para a manutenção do sistema, como mero executor das políticas impostas pela instituição onde atua.

O estudo mostrou o funcionamento e a aplicação da educação permanente no cotidiano profissional do Assistente Social. Além disso, discutiu-se e conheceu-se as estratégias de atuação para a melhoria do serviço e realidade mediante a questão social e as manifestações da questão social advindas cotidianamente.

A explanação do tema estudado foi disposta em três capítulos.

No capítulo I tecemos considerações sobre a trajetória do Serviço Social no âmbito profissional.

No capítulo II debatemos sobre o mercado de trabalho do Assistente Social.

No terceiro capítulo apresentamos sobre o cotidiano do assistente social.

Temos também as considerações finais que fomenta sobre o trabalho e descreve a análise que foi realizada após a pesquisa.

1 A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL

1.1 Trajetória Do Serviço Social

O Assistente Social tem como objeto de trabalho as manifestações da questão social, que é produzida pela relação capital e trabalho no sistema capitalista, onde se tem o mercado como centro norteador das estruturas políticas, sociais e econômicas.

O Serviço Social como profissão, ampliou e vem ampliando o seu raio ocupacional para todos os espaços e recantos onde a questão social explode com repercussões no campo dos direitos, no universo da família, do trabalho e do "não trabalho", da saúde, da educação, dos idosos, da criança dos adolescentes, bem como, na expropriação da terra, das questões ambientais resultantes da socialização do ônus do setor produtivo, da discriminação de gênero, raça. Etnia, entre outras formas de violação dos direitos.

A Igreja foi precursora do nascimento do Serviço Social que oportunizou relatos com os de Fehlberg (2009) que em sua tese abordou sobre esta temática relatando que: O Serviço Social é uma profissão que tem em seu nascedouro forte presença religiosa, visto ter, em seus primórdios, a componente caridade, ajuda aos necessitados, que caminha para uma ação social da Igreja mais organizada, até o surgimento da profissão. Esse fato fez com que a religião deixasse na profissão uma marca profunda que, sendo responsável pelas fronteiras pouco definidas entre o trabalho voluntário e o profissional, visto que ambos desenvolvem políticas e programas assistenciais. Tais ações podem dar-se tanto em agências privadas como no Estado, sendo realizadas em parcerias ou terceirizadas entre Estado e organizações e associações privadas. (FEHLBERG, 2009, p. 17).

Iamamoto (2011) também relata que o Serviço Social se constituirá através de frações da classe burguesa que agirão por intermédio da Igreja Católica e posteriormente pelo conjunto das classes dominantes. Salvar e resolver os graves problemas da população carente, revoltada e oprimida transformou-se em questão política, pois eram inúmeras as greves que estouravam na época, neste sentido os governos juntamente com os burgueses e a igreja Católica uniram-se para tentar sufocar a voz do povo, proporcionando "acalentos" para os trabalhadores e suas

famílias, criando acordos, onde na ilusão de ajudar aos pobres estaria a solução para a crise.

Importante ressaltar que as muitas vertentes bibliográficas, enaltecem o trabalho e nos fazem dispor o conhecimento, esclarecendo dúvidas, clareando a história, dinamizando a aprendizagem e a importância do fascinante profissional de Serviço Social, neste sentido na abordagem de Souza (2012) reafirma que:

O Serviço Social no Brasil se dá vinculado à Igreja para a recuperação e a defesa de seus interesses junto às classes subalternas e à família operária “ameaçada” pelas ideias comunistas. Para gerir trabalhos através da globalização Mundial com ajuda do capital financeiro e a aliança entre o capital financeiro e a aliança entre o capital bancário e o capital industrial. A execução social econômica, política cultural de jovens e crianças e adultos se faz através dos desenvolvimentos do trabalho coletivo com dos desenvolvimentos também da tecnologia e da ciência, dos meios de comunicação e produção do mercado. A acumulação do capital liga-se a igualdade o crescimento é possível devido com o consumo ampliações do mercado de trabalho com concentração de renda, capital, poder, a melhoria dos serviços sociais das políticas públicas. Para exercitar a política do assistente social é preciso exercer uma função formadora crítica e competente, libertar-se das prisões, os indivíduos que estão nas perspectivas de desenvolvimentos sociais, no sentido de atender a realidade deles. O movimento das classes sociais e do Estado e suas relações sociais tentam diluir as particularidades do atendente da profissão de assistente social, ir além da história de vida da sociedade, extrapolar os serviços sociais no sentido de qualificar o assistente social identificando essas particularidades e criar alternativas de ações para a sociedade emergente e ávida por mudanças e transformações. (SOUZA, 2014, p. 1).

A implantação do Serviço Social no Brasil ocorreu em um momento acirrado do capitalismo bem como da questão social, que se oportunizou através da iniciativa de muitas pessoas e grupos da classe dominante e da Igreja que se apresentava como voz destes.

Ao falar e abordar sobre o Serviço Social no Brasil e no mundo, a promoção de práticas assistencialistas que faziam parte da profissão desde o seu surgimento bem como suas raízes atreladas à igreja Católica tinham total domínio sob a caridade, filantropia e bens esses destinadas aos menos favorecidos, essas práticas eram apoiadas pela ordem burguesa da época. (PINTO E IAMAMOTO, 2004).

Assim, trabalho e formação profissional encontram-se estreitamente conectados na resposta a um desafio do senso comum: o seu enraizamento na história contemporânea, de modo que qualifique o desempenho do assistente social e torne possível a atualização e a adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos, sem abrir mão de seus compromissos com a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade. (IAMAMOTO, 2000, p. 09).

Segundo Iamamoto, (2000, p. 10), A reflexão sobre a formação profissional é contemplada com um balanço de suas conquistas e desafios nos anos 1980- 90, e com um debate sobre os fundamentos do Serviço Social no âmbito da teoria social crítica, a partir do movimento de reconceituação do Serviço Social. Agrega-se uma proposta de política de prática acadêmica articulando o ensino teórico-prático, pesquisa a extensão, tendo por base a organização de oficinas e núcleos temáticos de pesquisa e prática complementares às disciplinas, no enriquecimento da organização curricular.

Segundo Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), revisada e ampliada, busca contemplar a inclusão das alterações referentes à Resolução do CFESS nº 333/96, a qual inclui sobre o Art. 25 do Código de Ética, de acordo com a deliberação do XXV Encontro Nacional CFESS/CRESS (Setembro de 1996 – Fortaleza/CE).

Entretanto as diretrizes curriculares trazem:

Estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico operativo para a: 1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

De acordo, Diretrizes Curriculares de 1996, a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio institucional. A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas.

Esta concepção implica que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social. O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdo (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social. (Diretrizes gerais para o Serviço Social/ ABEPS/CEDEPSS, p.7).

Entretanto, as Diretrizes Gerais para o Serviço Social trazem:

Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em Núcleos de Fundamentação constitutivos da Formação Profissional. Que são: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo do de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira; e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

1.2 A Política da Educação Permanente do Assistente Social

O Serviço Social no Brasil é contemporaneamente regulamentado pela Lei nº 8.662/93, o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares, e os aparatos legais que norteiam a formação e o exercício profissional. Esse suporte legal, a qualificação e competência teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política afirmam a legitimidade da intervenção do assistente social e o seu projeto Ético-Político.

Para situar a importância da educação permanente no âmbito das políticas sociais, faz-se necessário compreendê-la como uma estratégia indispensável para consolidação de um projeto societário que tenha na primazia do Estado a efetivação de políticas, programas e serviços sociais garantidores dos direitos dos cidadãos. Cabe esclarecer que os projetos societários, são projetos coletivos historicamente construídos e próprios da democracia política. Tratam-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. (NETTO, 2006, p.2).

Segundo Pereira, (2011):

Um dos desafios sociais postos para os profissionais que atuam no âmbito das políticas sociais é compreendê-las como processo contraditório, caso se queira que a mesma tenha serventia prática para as classes que vivem da remuneração de seu trabalho ou, na falta disso, da teimosia em sobreviver de qualquer jeito.

Isso pressupõe a apropriação conceitual e teórica sobre política social, o que nem sempre é uma realidade entre aqueles que colocam a engrenagem dos serviços, programas, projetos e políticas públicas em funcionamento, o que depende em grande medida do processo educacional formal ou não formal vivenciada, que lhes instrumentalizaram para tal compreensão.

Pereira, (2011) chama a atenção quando destaca em seus estudos sobre a temática de que a complexidade atribuída à política social não permite compreendê-la de forma linear, de conotação exclusiva positiva ou negativa, ou a serviço desta ou daquela classe.

Segundo Yamamoto (2007), ela propicia, na organização do social, a capacidade de articulação e negociação entre grupos com valores divergentes onde tem predominado aqueles que defendem a redução da ação do Estado no atendimento das necessidades das maiorias mediante a restrição de gastos sociais, em nome da chamada crise fiscal do Estado.

Nesse ambiente é que a cidadania constrói, mantém ou amplia seus direitos, exigindo do Estado a sua efetiva primazia no provimento dos bens e assuntos públicos, onde a sociedade civil tem um importante protagonismo na pressão e na mobilização para a luta social. Também nesse contexto, o conjunto dos sujeitos que desenvolvem um determinado trabalho nos diferentes espaços que compõem a arquitetura organizacional das políticas sociais, em especial no sistema de proteção social, têm o papel fundamental de se

organizarem coletivamente e construtores de direitos de cidadania. (FERNANDES, 2016, p. 62).

A política social, espécie de gênero da política pública, se constitui e é resultante dos ensinamentos sociais situados e derivados das desigualdades estruturais da sociedade.

A Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS, alcançou maior concretude na categoria nos últimos anos, entretanto, a concepção de educação permanente vem sendo consubstanciada no Serviço Social em todo seu processo de reconceituação, desde o momento em que os assistentes sociais exprimem esforços em pensar a prática profissional, isto é, em observar analiticamente as doutrinas e matrizes teóricas que fundamentaram a prática profissional e sua direção política na conjuntura social e histórica que se inseriu a profissão. Fernandes (2007, p. 216).

Obviamente que esse processo de educação permanente, assim como a reconceituação foi e é composto de continuidades e rupturas, principalmente, pelas vertentes teórico-metodológicas, que moldaram o perfil dos assistentes sociais, suas técnicas, e postura política em cada circunstância e época. Mas, nesse movimento, e trajetória de entraves, avanços e desafios o Serviço Social consolidou sua profissionalização, institucionalização, legitimidade, e identidade.

Portanto, as determinações macros societárias e seus reflexos no Brasil, as situações endógenas da profissão, a dinâmica social, o movimento da realidade, os processos de trabalho, as demandas emergentes, requisitam do assistente social contemporâneo uma contínua qualificação, não só para uma inserção no competitivo mercado de trabalho, mas também, pela sua permanência nele sem se esvaziar do comprometimento profissional assumido na formação e registro nos CRESS – de exercer competentemente e qualificadamente a profissão, nos diversos espaços ocupacionais, e na perspectiva de defesa dos direitos sociais e humanos. Fernandes (2007, p. 220).

Assim, a política de educação permanente faz-se instrumento político, por que a sua proposta abrange a reflexão sobre a realidade relacionando a qualidade da intervenção profissional, ou seja, para intervir com competência é necessário pensar essa intervenção, a sua técnica, sua direção, a sua pro positividade, isto requer um posicionamento político e ético, além disso, faz-se instrumento ideológico, visto que,

uma reflexão sobre a prática requer uma análise teórico-crítica, e toda base teórica imprime uma consistência ideológica. Desta forma, essa proposta perpassa as dimensões constitutivas da profissão, a teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, e estas quando bem articuladas (re) produzem a valorização da imagem do/a assistente social em sintonia com o seu Projeto Ético-político.

1.3 A interlocução entre a educação e o trabalho

A educação, como área específica do conhecimento, possui grande abrangência e relevância de temas, concepções e valores que acabam representando uma referência contemporânea quase obrigatória, para muitos campos do saber, principalmente quando tratamos de processos formativos. Ao apreender os aspectos históricos e teóricos sobre educação e sua articulação com o trabalho, ancorados na teoria social crítica, é possível refletir sobre o potencial formativo existente nas situações de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores que atuam nas políticas públicas.

Inicialmente, para que seja possível discorrer sobre a temática educação, é preciso compreendê-la como uma prática, um processo necessariamente permanente. Algumas reflexões de Paulo Freire em torno do ser humano abrem caminho para o entendimento da educação como prática permanente:

Ressaltamos, inicialmente a sua condição de ser histórico-social, experimentando a tensão de estar sendo para poder ser e de estar sendo não apenas o que herda, mas também o que adquire e não de forma mecânica. Isso significa ser o ser humano, enquanto histórico, um ser finito, limitado, inconcluso, mas consciente de sua inconclusão. Por isso, um ser ininterruptamente em busca, naturalmente em processo. Um ser que, tendo por vocação a humanização, se confronta, no entanto com o incessante desafio da desumanização, como distorção daquela vocação. (Freire, 2003, p. 18).

Segundo Freire, (2003), nesse sentido, somos programados para aprender; inacabados, mas conscientes de nosso inacabamento e, por isso, em permanente busca; indagador, curioso em torno de si e de si com o mundo e com os outros. Como sujeitos históricos preocupados sempre com o amanhã, tem-se, como condição necessária, estar inserindo-se, ingênua ou criticamente, num incessante processo de formação.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou, ainda, algum interesse econômico o exigem, mas, sim, porque é própria da condição do homem. A formação e a educação são permanentes na razão, de um lado, da finitude do ser humano e, do outro, da consciência que este tem sua finitude. Para Freire, o ser humano incorpora à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e assim, saber que podia saber mais. A educação e a Formação Permanente se fundam aí. (FREIRE, 2003, p. 20).

A interdependência entre os diferentes espaços sociais, tais como o domiciliar, o escolar e o de trabalho, nos remetem a romper com a ideia de tempo próprio para aprendizagem.

A construção humana se dá na medida em que este necessita produzir continuamente sua própria existência. Se, para os animais, sua existência está garantida pela natureza e sua adaptação a ela, para o ser humano, não. Ele adapta a si a natureza, sendo que isso acontece quando procede ao ajuste da natureza às necessidades humanas e isso se faz pelo trabalho.

Segundo Marx, (1988), Outra perspectiva importante, para compreensão do trabalho na contemporaneidade, diz respeito à dimensão da contradição e do dialético presente nessa categoria, fundamentada no materialismo histórico.

Ao mesmo tempo em que dignifica, possibilita a criação e tem sido vital para a humanidade, o trabalho, esse ato laborativa, degrada, aliena, explora e desvaloriza o potencial humano.

Os contextos de formação e as questões pertinentes ao trabalho não estão pensadas a partir do entendimento da adaptabilidade, mas é uma aproximação crítica preocupada com o processo de educação dos coletivos de trabalho.

Para a compreensão da legitimação da prática profissional na política de educação, faz-se necessário conceber essa política como um espaço que enseja contradições e disputas, que se alteram politicamente mediante a ação dos sujeitos sociais, e sua função estratégica no campo do trabalho e da cultura. Resulta-se que a trajetória histórica da profissão está estreitamente relacionada ao processo de estruturação das políticas sociais, sendo esses lócus privilegiado do trabalho dos assistentes sociais, “campo de forças no qual a profissão ganha visibilidade social materialidade institucional e potencialidade histórica” (ALMEIDA, 2005. p. 5).

Sendo assim, o significado político da inserção do serviço social na política da educação vincula-se à trajetória histórica dessa profissão e a seu acúmulo teórico e

político em relação ao campo das políticas sociais, podendo contribuir para a necessária articulação das forças sociais na luta pela educação pública, de qualidade e como direito social.

Para Almeida (2005):

[...] por encerrar um processo de politização em torno do conhecimento e do atendimento de certas necessidades que deixaram de pertencer exclusivamente à esfera da reprodução privada e ingressaram nas agendas da esfera pública. A política da educação pode ser concebida também como expressão da própria Questão Social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social. (ALMEIDA, 2005, p. 10).

A educação permanente no exercício profissional para além do requisito de empregabilidade que implica na estratégia de inserção e permanência qualificada dos assistentes sociais no mercado de trabalho contemporâneo, não na subserviência funcional a ordem da acumulação do capital, mas na perspectiva de uma formação crítica construção de práticas emancipatórias junto à classe trabalhadora, defesa intransigente dos direitos sociais e humanos e construção de uma nova sociabilidade.

Para GUERRA (2013, p, 49) afirma que:

A definição sobre o que e como fazer tem que ser articulado ao porque fazer (significado social do profissional e sua funcionalidade ou não ao padrão dominante), ao para que fazer (indicado às finalidades teleologia do sujeito profissional) ao com o que fazer (com meios, recursos e através de que mediações ou sistemas (s) de mediações). (Grifo nosso).

Uma vez que se há uma relação entre trabalho e educação, o trabalho é o modelo que se especifica a atividade do ser social, no trabalho o homem transforma a natureza e a si mesmo (Marx, 1996). Para Guerra (2011, p. 101).

“[...] este ato de autocriação e de autotransformação incide sobre os outros homens, alterando sua natureza individual e distinguindo-as de outros seres vivos. Neste processo o homem constitui-se num ser prático-social que se realiza no trabalho”, e a educação configura-se como uma dimensão da vida social, pois consiste nas formas de reprodução do ser social.

2 MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

2.1 A Conjuntura do Trabalho

O Serviço Social, em sua trajetória histórica, passou por várias e profundas transformações decorrentes das demandas sociais identificadas a cada conjuntura histórica. No Brasil, o Serviço social surgiu como profissão, em meados da década de 1930. Procedida pela organização da classe trabalhadora que reivindica seus direitos, a questão social foi reconhecida pelo Estado e tratada através das políticas sociais, quando o assistente social passou a ser requisitado diretamente pelo bloco do poder para executar a função de mediador do poder para executar a função de mediador dos conflitos existentes entre capitalista e classe trabalhadora.

Segundo Iamamoto (2003), a origem da profissão no Brasil encontra-se intimamente vinculada a iniciativas da Igreja, que pretendeu estrategicamente qualificar o laicato, especificamente da parcela feminina, vinculada aos setores abastados da sociedade, com o objetivo de dinamizar sua missão política de apostolado social junto à classe trabalhadora.

Na visão de Faleiros (1997), podemos destacar que, neste contexto histórico, o Serviço Social se alicerçou tanto no processo conservador de manutenção da ordem social como no processo de renovação, uma vez que a prática higienista estabeleceu mudanças normativas às famílias e indivíduos. O exercício profissional se pautou particularmente em ações educativas com vistas a alterar o comportamento das famílias e indivíduos em situações problemáticas.

Neste quadro sócio histórico, a profissão inscreveu-se na divisão social e técnica do trabalho e ampliou o mercado de trabalho, conferindo em caráter não liberal à profissão, embora tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil.

Mas, as políticas sociais não foram eficientes, pois, o Estado Brasileiro de caráter paternalista e repressor, fragmentou sua efetivação, e conseqüentemente, as ações sócias educativas do assistente social também se fragmentaram, impossibilitando ações coletivas.

Segundo Iamamoto, (2000) afirma que, o tema trabalho, hoje tem retomado, incorpora aquela elaboração, mas procura avançar na relação entre Serviço Social e

processos de trabalho. Expressa a transição para o outro foco na interpretação da chamada prática profissional, consubstanciado na análise do exercício profissional escrito no âmbito de processos e relações de trabalho. Estes são considerados tanto em seus componentes universais (objeto, meios de trabalho e a própria atividade do sujeito ou trabalho), quantas condições e relações sociais particulares que os qualificam socialmente, atribuindo significados distintos aos processos e produtos do trabalho.

O esforço é, pois, o de contribuir para uma releitura do exercício profissional, que permita ampliar a auto ciência dos assistentes sociais quanto às condições e relações de trabalho que estão envolvidos. Estas sendo mutáveis, já que históricas, estabelecem limites e possibilidades para as ações dos sujeitos, que vão esculpindo forma e conteúdo na realização da profissão.

O Serviço social não atua sobre uma única necessidade social, visto que a questão social se retrata e ganha múltiplas dimensões. Assim, uma das singularidades da profissão é atuar sobre várias necessidades na busca de viabilizar e garantir os serviços e direitos que os usuários demandam.

Esse novo perfil, fundamentado nos princípios de justiça, liberdade, equidade e democracia, assumindo pela categoria profissional através do Código de ética Profissional de 1993, tem procurado interferir no processo de reprodução da força de trabalho, tanto na dimensão objetiva, como também, na dimensão subjetiva, com a finalidade de reorganizar as relações sociais mediante o exercício profissional.

Enfim, não existem fórmulas prontas na construção de um projeto democrático e a sua defesa não deve ser exclusiva apenas de uma categoria profissional. Por outro lado, não se pode ficar acuado frente aos obstáculos que se apresentam na atualidade e nem desconsiderar que há um conjunto de atividades e alternativas a serem desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social. Mais do que nunca, os assistentes sociais estão desafiados a encarar a defesa da democracia, das políticas públicas e consubstanciar um trabalho.

Em seu cotidiano e na articulação com outros sujeitos que partilhem destes princípios, que questione as perspectivas neoliberais e para as políticas sociais, já que este macula dos direitos e conquistas da população defendida pelo projeto ético-político profissional.

Do ponto de vista da formação e do exercício profissional, as questões a serem refletidas e aprofundadas pelo Serviço Social se encontram no campo da

economia, da política e da cultura. As transformações societárias em curso resultam das necessidades do capital de se recuperar de sua própria crise, e este movimento tem empreendido reconfigurações da relação entre Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, Estado e sociedade, o redimensionamento das lutas sociais e o aprofundamento da questão social, assim como a destruição de diversos direitos e das políticas públicas correspondentes, atingindo frontalmente os espaços sócioocupacionais da profissão, além de ampliar a precarização das condições de vida da população.

Tal contexto sócio histórico exige a reflexão e aprofundamento acerca da intervenção na realidade, considerando os elementos que permeiam a dinâmica contraditória da totalidade social que se articula com as particularidades do fazer profissional. Esse terreno, que atualiza a afirmação da qualidade do exercício da profissão na garantia do atendimento às necessidades e interesses dos/as trabalhadores/as, é fundamental numa época em que a humanização da vida se confunde com o consumo, o mundo do dinheiro e a posse das mercadorias reforçando o fetichismo da mercadoria. Nesse sentido, a Política de Educação Permanente fortalece um dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, no que se refere ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Nesses termos, pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macros societárias que estabelecem o terreno sócio histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Uma vez que, em uma sociedade imersa nos fenômenos de produção social capitalista, pautada Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS prioritariamente nos moldes do desenvolvimento tecnológico e subordinado, a racionalidade hegemônica ganha nas dimensões individual e coletiva, os traços da instrumentalização do saber. O trabalho vai assim, deixando de ser compreendido como ato criativo da humanidade na transformação da natureza, e passa a ser apropriado como atividade. A escola, nesse contexto, passa a ter o caráter formador de força de trabalho e na dimensão política cumpre o papel de educar o trabalhador no cumprimento da disciplina organizacional, mas tal aprendizado se transfere às demais esferas da vida. (ABREU, SANTOS, 2012, p. 9),

Nesse sentido é que a articulação entre o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social, além do compromisso político de interlocução com a ABEPSS e a ENESSO tem proporcionado espaços de discussão para os/as assistentes sociais como uma oportunidade de inserção nos debates contemporâneos sobre o arcabouço conceitual e operativo da profissão.

Assim, a educação permanente se constitui em um importante instrumento para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política. Dessa forma, é necessário reconhecê-la também como instrumento Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS fundamental de luta política e ideológica. Por esta razão, é que o Conjunto CFESS-CRESS vem privilegiando o espaço da formação, como uma das ferramentas que possibilita o fortalecimento do nosso projeto profissional.

É neste cenário que a ABEPSS, o Conjunto CFESSCRESS e a ENESSO, articulados com os movimentos mais amplos das lutas sociais, têm mobilizado diversas ações de enfrentamento à precarização do ensino superior no Brasil. Podemos compreendê-las como conquistas progressivas, que sustentam a posição do Serviço Social no campo do Projeto ético-político e do legado do pensamento crítico na profissão, a exemplo: a formulação mais recente acerca do Estágio Supervisionado (resolução 533/2008 e Política Nacional de Estágio - PNE), a abertura de curso presencial da UNITINS e seu respectivo fechamento do curso na modalidade à distância, a criação de cursos públicos de Serviço Social desvinculado do REUNI, a realização do curso de especialização Serviço Social: direitos e competências profissionais e a realização, em todo o território nacional, do projeto ABEPSS Itinerante, que discute a vigor das Diretrizes Curriculares de 1996 para os cursos de Serviço Social. Não é desconhecido que tais conquistas no âmbito do exercício e da formação profissional são parciais e sempre permeadas de contradições e embates, como todo processo social.

É importante destacar que a relevância dada à discussão da educação permanente não se sobrepõe nem inviabiliza a educação continuada, mas elas são diferentes em seus processos. Além disso, nessas condições de trabalho, o que dá sentido à educação permanente é a relação dialógica entre os profissionais de uma equipe, a análise rigorosa dos processos de trabalho, das intervenções e a procura coletiva por melhores formas de agir por meio da interlocução dos saberes.

TARDIF (2000), os saberes ligados ao trabalho são temporais, pois são construídos e dominados progressivamente durante um período de aprendizagem variável, de acordo com cada ocupação. Essa dimensão temporal decorre do fato de que as situações de trabalho exigem dos trabalhadores conhecimentos, competências, aptidões e atitudes específicas que só podem ser adquiridas e dominadas em contato com essas mesmas situações.

Podemos concluir que as situações de trabalho possibilitam aos trabalhadores desenvolverem, progressivamente, saberes gerados e baseados no próprio processo de trabalho, compreendendo-se, então, o que são esses saberes que exigem tempo, prática, experiência, habilidades e atitudes. Porém, é preciso admitir que o saber de um profissional não provém de uma fonte única, mas de várias fontes e de diferentes momentos da história de vida e da carreira profissional, pois com refere Tardif, "essa própria diversidade levanta o problema da unificação e da recomposição dos saberes no e pelo trabalho". (TARDIF, 2002, p. 21).

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-o como potências externas que os cominam. Essa inversão de sujeito objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da auto alienação humana. Resulta na progressiva retificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil. O pensamento fetichista transforma as relações sociais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Esse caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeira e conduz a potenciação da exploração do trabalho a sua invisibilidade e à radicalização do séquito de suas desigualdades e lutas contra as elas consubstanciadas na questão social, aprofundando as fraturas que se encontram na base da crise do capital. (IAMAMOTO, 2010, p.21).

Por isso dizer que as respostas do Estado às demandas da classe trabalhadora não são naturais, nem ocorrem normalmente e nem cordialmente. Para Netto (2011) são respostas positivas que podem ser refuncionalizadas para o interesse direto/e ou indireto da maximização dos lucros (p.29).

[...] a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançada ao exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social. (NETTO, 2011, p. 31).

Para Netto (2011) as funções políticas do Estado imbricam-se com suas funções econômicas, pois vai incidir na organização e na dinâmica econômica, de forma contínua e sistemática. Para esse autor a intervenção do Estado é para garantir os superlucros do capitalismo monopolista, daí a denominação de Karl Marx recuperada por Netto (2011) do papel do Estado enquanto comitê executivo da burguesia.

Nas últimas três décadas o Serviço Social teve avanços significativos no Brasil, de adensamento e renovação teórico-metodológica e ético-política, qualificação da sua produção científica, bem como o fortalecimento de entidades científicas e de representação política.

E na década de 1980 que se identifica importante inflexão na interpretação teórica da profissão, com a contribuição de Yamamoto e Carvalho (1982), que nos brindam, a partir do contributo da teoria social de Marx, com uma análise inaugural do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais e capitalistas, particularizando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e reconhecendo o assistente social como trabalhador assalariado.

É claramente percebido o impacto da ruptura da profissão com o legado conservador que a profissão traz desde sua origem, onde a partir daí o significado social da profissão ganha uma análise de novos conceitos, por meios da ampla interlocução com a teoria crítica e o pensamento social clássico e contemporâneo.

O serviço Social surge como profissão em uma sociedade capitalista em seu estágio monopolista, contexto em que a questão social, pelo seu caráter de classe, demanda do Estado mecanismos de intervenção não apenas econômico, mas também políticas e sociais. Sua institucionalização realiza-se assim à progressiva interpretação do Estado no processo de regulação social, momento em que as sequelas e manifestações da questão social se põem como objeto de políticas sociais, em dupla perspectiva: seja no sentido de garantir condições adequadas ao pleno desenvolvimento capitalista e seus processos de acumulação privada em benefício do grande capital monopolista; e, simultânea e contraditoriamente, no

sentido responder, por vezes antecipar-se, às pressões de mobilização e organização de classe operaria que exige o atendimento de necessidades sociais coletivas e individuais derivadas dos processos de produção e reprodução social (cf. entre outros, Netto, 2005).

Para Netto, em relevante a contribuição relevante contribuição para a análise do Serviço Social no capitalismo monopolista, sintetiza esse processo:

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes - *ainda que desenvolvendo uma auto representação e um discurso centrado na autonomia dos seus valores e da sua vontade* - se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. [...], o que [esse] deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a condição do agente e o significado social de sua ação; o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social de seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí derivadas (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho). (NETTO, 2005, p. 71-72; grifos do autor).

2.2 O Trabalho do Assistente Social em Tempos de Intensificação e Precarização do Trabalho.

Ao analisarmos os dilemas do exercício profissional do Assistente Social exige a compreensão das determinações objetivas das relações capitalistas sobre essa profissão. O processo de trabalho capitalista é presidido pela inversão do domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Seguindo a análise de Marx, a “dominação do capitalista sobre o trabalhador é, conseqüentemente a da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor” (Marx, 1978, p. 20).

Conforme Iamamoto (2007, p. 214), a condição assalariada de inserção profissional no efetivo exercício, mediada pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, sintetiza tensões entre o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu trabalho concreto e as determinações do trabalho abstrato, inerente ao trabalho capitalista.

A condição assalariada do exercício profissional pressupõe a mediação do mercado de trabalho. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores

materializam demandas, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas a serem empreendidos no âmbito do trabalho coletivo. Além disso, normas contratuais condicionam o conteúdo e estabelecem limites e possibilidades às condições de realização da ação profissional (Iamamoto, 2007, p. 218-219). Aqui se identifica um campo de tensão que exige diversas investigações na apreensão do significado das determinações do trabalho alienado na particularidade do Serviço Social.

Apreender a particularidade histórica da profissão e de sua prática social exige investigar, examinar e analisar o complexo processo e o movimento que caracterizam-se as singularidades do efetivo exercício da profissão e suas mediações no âmbito dos processos e relações de trabalho inserido na divisão social do trabalho.

Nos dias atuais notamos que diversos segmentos estão com problemas no momento de desenvolver suas funções na profissão, a parte assistencial não fica diferente, precisa-se averiguar e tentar tornar esse trabalho alienado em algo pautável, que se consiga na prática resolver os dilemas propostos, e não ficar engessado com a parte burocrática, onde muito se pede e na prática não se conclui muito o serviço.

Atualmente conta-se nas cidades de pequeno porte com no máximo duas assistentes sociais para produzir todo o papel social, no CRAS, na UBS (Unidade Básica de Saúde), no processo assistencial de fato, ficando assim o funcionário sobrecarregado e com limitações para o desenvolvimento de suas funções.

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM SEU COTIDIANO

3.1 Análise do Cotidiano

Essa estruturação do trabalho dos Assistentes Sociais traduz um contexto de múltiplas determinações, que podemos analisar em níveis de profundidade de heterogeneidade complexos que se modificam historicamente na articulação entre essas determinações do capitalismo, das forças sociais em movimento e do processo político de captação e de constituição da superestrutura jurídico-política dos direitos, principalmente na democracia, em que se manifestam, contraditoriamente, pressões e contrapressões por mudanças e manutenção da ordem.

Segundo Iamamoto, considerando a cultura do profissional do Serviço Social brasileiro, pode-se dizer que enquanto profissão inserida no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, esta profissão que é institucionalizada no período marcado pela intensificação das expressões sociais da questão social. Esta demandou mecanismos de intervenção não apenas econômicos, mas também políticos e sociais. Cabe ao Estado conjuntamente com o empresariado e com o suporte a Igreja Católica atuar de forma a enfrentar e regular estas expressões, através de ações de caráter coercitivo, bem como na prestação de serviços sociais funcionais à manutenção da forma de trabalho.

De acordo com Guerra (2013):

[...] seu estatuto interventivo lhe confere um âmbito de intervenção condicionando pelos componentes estruturais do cotidiano e por sua relação com a questão social, que na aparência dá-se de maneira direta e imediata, mas é mediatizado pelas políticas sociais. Estas conferem à profissão configuração e contornos definidos, instituem mediações e sistemas de mediações na chamada “questão social”. (GUERRA, 2013, p. 40).

Na visão de Faleiros (2013), as demandas por serviços sociais ou políticas sociais expressam as desigualdades econômicas, de inclusão/exclusão social, de dominação de gênero, de relações de poder e violência nos conflitos familiares, de relação com o crime, com o uso de drogas, com a enfermidade, com a precarização das condições sociais e familiares. São demandas complexas tanto por efetivação

de direitos como por cuidados específicos que exigem dos profissionais a análise das relações gerais e particulares dessas condições e do poder de enfrentá-las, o que implica trabalhar a correlação de forças.

Netto (1989), ao traçar um debate sobre a significação da sistematização da prática para a profissão, destaca duas alternativas de compreensão da mesma, tomando como base dois modos de entender o Serviço Social.

Primeiro (...) como profissão cujo fundamento elementar é um espaço sociocupacional circunscrito pela divisão social do trabalho própria da sociedade burguesa consolidada e madura; segundo como profissão cujo fundamento elementar é um corpus teórico e metodológico particular e autônomo. Na primeira alternativa, a sistematização (da prática) aparece como uma dupla requisição: de uma parte, é a condição para aperfeiçoar a própria intervenção prática, organizando e generalizando a experiência dos assistentes sociais e cristalizando pautas de procedimento profissional, reconhecidas como tais e transmissíveis via formação institucional; de outra, e fundamentalmente, é o passo compulsório para a fundação profissional, viabilizando o “recorte” de um “objeto” em função do qual a elaboração teórica desenvolveria o seu movimento de construção de um saber específico. (NETTO, 1989, p. 150).

O suporte do Estado para a sobrevivência e para que as pessoas suportem as suas condições está mediado por regras, dispositivos, recursos cuja implementação depende da atuação de uma rede de agentes, entre os quais os profissionais. A segmentação do público atendido segue também normas sociais, como as prioridades para homens e mulheres, crianças ou idosos, de acordo com as pressões e os reconhecimentos promovidos por forças sociais.

Em geral, na política de proteção social os assistentes sociais aí empregados podem processar as demandas, estabelecer certos critérios de acesso, de prazos, conforme o marco legal e a análise da situação. Para isso é preciso nesse estudo da situação conflitar as necessidades com o controle institucional, o que traz limites à intervenção.

A execução implica também o controle do profissional, o que constitui uma relação complexa em que interagem o controle, os recursos e dispositivos, os resultados na relação dinâmica com o sujeito. A execução implica também o controle do profissional, a prestação de serviços sociais está, assim, condicionada pela legislação, pelo orçamento e pela gestão dos serviços num processo de trabalho

dependente de uma subordinação gerencial, e por relações trabalhistas de um contrato salarial, seja em termos de CLT ou de serviço público.

É nesse contexto que a prática profissional expressa os conflitos e contradições da estrutura capitalista, da política e das relações de atendimento. A dimensão econômica da provisão de recursos é sempre reduzida a mínimos sociais, a dimensão política da ação profissional. No entanto, pode se configurar diferentemente como direito ou como favor, clientelismo. No capitalismo, como diz Marx, os trabalhadores são voluntariamente forçados a trabalhar, a vender sua força de trabalho.

Salientamos que há uma lei geral dos benefícios assistenciais (Faleiros, 1989), a de que são sempre inferiores ao salário mínimo, para estimular e forçar ao trabalho, o que se manifesta tanto na Lei dos Pobres como nas modernas legislações de assistência social, por exemplo, no Bolsa Família, implantado no Brasil no governo Lula. Desta forma, a intervenção do Estado se estrutura nas condições econômicas, sociais e políticas dadas pela acumulação capitalista, pela correlação de forças, pelo contexto democrático e pela forma de relação do Estado com a sociedade.

O Serviço social, nas diversas expressões da desigualdade com que trabalha, depara-se com a consciência que as pessoas têm dessa desigualdade e, ao mesmo tempo, de seus direitos nessa sociedade desigual. As lutas pelos direitos, pelo poder do bloco dominado, é um processo de hegemonia e de contra hegemonia na perspectiva objetiva.

Simionato (2014) assinala que a construção de uma nova hegemonia abarca transformações não somente nas esferas político-econômica, mas também nos campos cultural, intelectual e moral. Por isso mesmo, as relações de contra hegemonia se configuram também na articulação do cotidiano com os sofrimentos e as vivências cotidianas de violência, de abandono, de descaso, de precariedade, de insatisfação, de cansaço, de revolta.

O processo do contra hegemonia se inscreve na complexidade do cotidiano que, retomando Agnes Heller (2000, p.18), é complexo, heterogêneo e hierárquico:

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobre- tudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividades. São partes

orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Mas a significação da vida cotidiana tal como seu conteúdo não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica... hierarquia que por sua vez não é imutável.

Se forem os objetivos profissionais, construídos a partir de uma reflexão teórica, ética e política e um método de investigação que definem os instrumentos e técnicas de intervenção, as metodologias de ação, conclui-se que essas metodologias não estão prontas e acabadas. Elas são necessárias em qualquer processo racional de intervenção, mas elas são construídas a partir das finalidades estabelecidas no planejamento da ação realizado pelo Assistente Social.

Guerra (2004) resume, em poucas palavras, o sentido dessa reflexão: A clara definição do Para quê da profissão, possível desde que iluminada por uma racionalidade (como forma de ser e pensar) que seja dialética e crítica, conectada à capacidade de responder eficazmente às demandas sociais, se constituirão na condição necessária, talvez não suficiente, à manutenção da profissão. Aqui se coloca a necessidade de dominar um repertório de técnicas, legada do desenvolvimento das ciências sociais, fruto das pesquisas e do avanço tecnológico e patrimônio das profissões sociais (e não exclusividade de uma categoria profissional), mas também um conjunto de estratégias e táticas desenvolvidas, criadas e recriadas no processo histórico, no movimento da realidade. (GUERRA, 2004. Pg.115-116.)

Cabe a nós, Assistentes Sociais, e, sobretudo, pesquisadores, ter a capacidade de conhecer essa pluralidade de práticas, e isso só será possível quando todos nós entendermos a necessidade e a importância da sistematização de nossas práticas, porque é através disso que podemos sempre reconstruir a história da nossa profissão e aperfeiçoar seus modos de intervenção social.

3.2. Crise no Brasil: impactos no trabalho e na proteção social

No Brasil, antes mesmo da onda (neo) liberalizante dos ajustamentos estruturais, as diferentes formas de precarização do trabalho, os altos índices de subemprego e a informalidade da força de trabalho urbana e rural, bem como a ausência e a fragilidade do sistema de proteção social já se apresentavam como traços marcantes do capitalismo dependente brasileiro, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, contexto que desencadeia a questão social no país.

O chamado fordismo à brasileira guarda importantes singularidades em relação ao fordismo “clássico”, caracterizando-se por um regime de trabalho com fraca proteção social e elevados índices de rotatividade da força de trabalho, derivados da informalidade e da precariedade estruturais do mercado de trabalho no Brasil.

Mais precisamente, em nosso país constituiu-se o que Braga (2012, p. 21) identificou como fordismo periférico, um sistema social estruturado pela combinação de economias e nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas, dominado pela mundialização das trocas mercantis, constituindo-se em uma das principais mediações históricas entre os países capitalistas avançados e os países capitalistas subdesenvolvidos ou dependentes.

Se considerarmos que é próprio do capitalismo, mesmo nos países hegemônicos, criar uma população excedente em relação às necessidades de reprodução do modo de produção, gerando desemprego e trabalho precário, no fordismo periférico essa sempre foi à regra.

Ao contrário do que aconteceu historicamente com o capitalismo nos países centrais, o Estado brasileiro não criou condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, nem estendeu direitos de cidadania ao conjunto da classe trabalhadora, excluindo imensas parcelas de trabalhadores do acesso ao trabalho protegido e às condições de reprodução social.

Portanto, Segundo Guerra, no caso do Brasil, onde a precarização do trabalho não é um fenômeno novo, as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas proporções e manifestações, que vêm sendo amplamente analisadas pela vasta produção sobre o tema em diferentes áreas e atividades econômicas.

A implementação, desde meados da década de 1990, do ideário neoliberal preconizado pelo Consenso de Washington e largamente difundido pelos organismos internacionais e multilaterais, de medidas de flexibilização do trabalho e desregulamentação de direitos só agravaram a situação já precária do trabalho e do emprego no país, provocando importantes reconfigurações nas relações de trabalho, nos direitos e na proteção social.

As transformações que o mundo do trabalho vem experimentando nas últimas

Décadas caracterizam uma nova era de precarização estrutural do trabalho (Antunes, 2013; Alves, 2013), que incide tanto nas condições de uso da força de trabalho como em suas formas de contratação e gestão, diante das novas exigências de flexibilização e redução dos custos de reprodução da força de trabalho.

A denominada nova morfologia do trabalho (Antunes, 2005) desencadeia mudanças profundas nas formas de organização e relações do trabalho, gerando processos continuados de informalização, insegurança e desproteção no trabalho, e novas formas de contratação da força de trabalho assalariada por meio de trabalhos. Terceirizados, subcontratados, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto, além das formas regressivas que se supunha eliminadas, como o trabalho. Escravo, o trabalho infantil, para citar apenas algumas das expressões da precarização a que estão submetidos os trabalhadores no mundo do trabalho.

Por isso, para Druck (2009, p. 3), estamos presenciando um “novo” tipo de precarização social do trabalho que atinge a todos indiscriminadamente, embora com graus e intensidade distintos, mas cuja unidade é dada pelo caráter permanente e não mais provisório desta condição. É um processo que mina as formas de resistência e luta dos trabalhadores, disseminando a (falsa) ideia de fatalidade econômica e irreversibilidade política da situação presente.

O pressuposto integrador exercido pelo trabalho fordista vai perdendo força, mesmo naqueles países que não constituíram propriamente uma sociedade salarial. (Castel, 1998), como é o caso do Brasil. A etapa atual do financeiro capitalista faz com que o trabalho, mediação fundamental das relações sociais e elemento estruturante da sociabilidade humana, sejam destituídos de sua função protetora para amplos segmentos da classe trabalhadora, cujos salários têm perdido potência integradora face à perda de direitos e benefícios dele derivados, o que repõe os termos do debate sobre a proteção social como direito universal e desmercadorizável.

O Estado passa à defesa de alternativas que envolvem a família, as organizações sociais e a “rede filantrópica de solidariedade social”, abdicando de políticas universais ancoradas no direito de cidadania. As medidas postas em prática são reducionistas, voltadas primordialmente para situações extremas, com alto grau de seletividade e focalização, direcionadas à miséria e à pobreza absoluta, que não

impactam de forma significativa os níveis de desigualdade social persistentes em nosso país.

Nesse contexto, as políticas de proteção social têm sido cada vez mais intensamente demandadas por coletivos de trabalhadores que, mesmo exercendo atividades remuneradas, têm suas relações de trabalho marcadas pela informalidade, baixos salários, precarização, desemprego intermitente, o que transforma e redefine o perfil dos usuários das políticas sociais e dos programas sociais ofertados.

Segundo o IBGE, crescem em várias partes do mundo os Programas de Transferência de Renda (PTR) enquanto estratégias de “alívio” da pobreza, sob o estímulo das agências internacionais e multilaterais. No Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF), que tem seu foco na extrema pobreza, acabou por se destacar como núcleo central e face mais visível da política social brasileira na atualidade, inclusive pela magnitude de seu alcance, atingindo 13 milhões de famílias ou cerca de 50 milhões de pessoas (com previsão para mais de 17 milhões de famílias ou cerca de 68 milhões de pessoas em 2013).

O Programa Bolsa Família, apesar de representar importante via de acesso a Benefícios não contributivos para parcela significativa da população, e de produzir impactos imediatos positivos na vida de seus beneficiários e na dinâmica das economias locais, principalmente de pequenos e médios municípios e das zonas rurais, caracteriza-se pela sua ultra focalização na extrema pobreza, operando com condicionalidades acompanhadas da adoção de práticas disciplinarizadoras e exigências de contrapartidas que constroem as famílias beneficiárias a buscar as Chamadas “portas de saída” na perspectiva da empregabilidade e do assim chamado empreendedorismo. (Site do Governo Federal).

Aqui também a ideologia do ¹workfare propaga-se rapidamente, endurecendo contrapartidas e critérios de elegibilidade (means testing²), exercendo pressão para que os beneficiários da assistência sociais públicos considerados “aptos ao trabalho” ingressem no mercado a qualquer custo, mesmo que seja para “estabilizar os instáveis” na precariedade laboral e nos baixos salários.

¹ Observa-se que a passagem do welfare ao workfare se dá com a perseguição da massa “ociosa” previsto no plano capitalista.

² Questionário socioeconômico.

Diante desse cenário, as políticas sociais brasileiras, em especial a Seguridade Social, enfrentam profundos paradoxos. Pois se de um lado contam com as garantias constitucionais que pressionam o Estado para o reconhecimento de direitos, por outro se inserem nesse contexto de ajuste às configurações da ordem capitalista internacional, com seu caráter regressivo e conservador, que focaliza, ameaça o direito e a cidadania, trazendo de volta a meritocracia, a disciplinarização, a refilantropização, a criminalização da questão social.

3.3. A intensificação do trabalho no campo dos serviços.

A dinâmica societária desencadeada pela crise contemporânea, que vimos. Analisando, atinge a totalidade dos processos produtivos e também dos serviços, alterando perfis profissionais e espaços de trabalho das diferentes profissões, que, como o Serviço Social, têm na prestação de serviços sociais seu campo de intervenção privilegiado, e nas instituições sociais públicas e privadas seu espaço. Ocupacional por excelência. (Guerra, 2013)

Se o Serviço Social foi regulamentado historicamente como profissão liberal, seu exercício profissional se realiza mediatizado por instituições públicas e privadas, tensionado pelas contradições que atravessam as classes sociais na sociedade do capital e o assistente social submetido à condição de trabalhador assalariado, cuja atividade se assenta em normas próprias que orientam as relações de trabalho.

Portanto, ainda que o Serviço Social tenha seu estatuto de profissão liberal e reconhecido, o trabalho do assistente social é tensionado pela relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada. A condição de trabalhador assalariado seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais ou “sem fins lucrativos”, faz com que os profissionais não disponham totalmente, nem tenham. Controle sobre as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional. (Iamamoto, 2009).

Por outro lado, os processos de reestruturação produtiva, típicos das empresas capitalistas, penetram também a organização social do trabalho na esfera estatal, maior empregador da força de trabalho profissional, reestruturando e moldando a ação pública no campo das políticas sociais e dos serviços sociais. São processos que atingem o mercado de trabalho do assistente social produzindo tanto reduções como ampliações de espaços e postos de trabalho nos âmbitos estatais e

privados, seja pelo alargamento das esferas de ação estatal, com maior ênfase no nível municipal, seja pela multiplicação das organizações sociais privadas e ONGs na atual conjuntura.

Este contexto é impulsionado também pela grande expansão do setor de serviços como uma importante característica do capitalismo monopolista. Para Braverman (1981), o crescimento do setor de serviços se deve à penetração do capital nos diversos setores da vida, transformando antigas formas de cooperação mútua, social, familiar e comunitária em atividades comercializáveis no mercado, especialmente a partir do capitalismo monopolista.

O alargamento do setor de serviços, típico do capitalismo monopolista, se vê. Reconfigurado pela dinâmica da reestruturação produtiva em curso desde a década de 1970, e particularmente pela incorporação da ciência e da inovação tecnológica. E digital aos processos de produção e gestão do capital.

Para Antunes (2008, p. 178), o que se pode observar no atual mundo do trabalho são uma maior interpelação e interpenetração entre as atividades produtivas e improdutivas, as que ocorrem na fábrica e nos serviços, entre as atividades laborativas e as de concepção, que se expandem no processo de reestruturação produtiva do capital.

A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo mostra-se como outra característica importante da noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo. (Antunes, 2008, p. 177, grifos do autor).

Nesses termos, o trabalho em serviço, no contexto atual de desenvolvimento. Capitalista, não se autonomiza do trabalho em geral desenvolvido por trabalhadores. Assalariados, ainda que com particularidades de um tipo especializado de atividade realizado por agentes qualificados em nível superior e no âmbito estatal.

Os serviços, campo por excelência onde se situa a ação profissional do Assistente social, são um tipo de trabalho em processo, nos termos de Meirelles (2006, p. 134), cuja atividade não se separa do seu executor, pois mais do que um produto trata-se do resultado da ação.

Ao mesmo tempo, cabe destacar as particularidades do trabalho em serviços.

Pelo caráter relacional e interativo entre profissional e usuário, que implica atributos humanos para sua realização e a possibilidade de não ser totalmente capturado pelos dilemas do trabalho assalariado (Schutz e Miotto, 2012, p. 95), o que traz à reflexão as margens de autonomia relativa de que dispõem o profissional, considerando a ótica do trabalho coletivo e a direção política que o orienta.

O estudo de Dal Rosso (2008) sobre a intensificação do trabalho nas atividades de serviços pode ser de grande valia para a apreensão das novas configurações do trabalho nesse campo e, por consequência, da atividade do assistente social. Suas reflexões contribuem também para derrubar a ideia equivocada de que é apenas nas atividades industriais e no processo de produção de mercadorias que ocorre a intensificação do trabalho.

A pesquisa desenvolvida pelo autor em diferentes áreas do setor de serviços (bancos, telefonia, ensino privado, serviço público, entre outros) demonstra que a intensidade não se limita aos setores industriais, estendendo-se às diversas áreas do campo dos serviços, sejam públicos ou privados, sendo efeitos expansivos para todas as esferas da economia. Os dados levantados pela extensa investigação de

Dal Rosso (2008) evidenciam a dinâmica de intensificação do trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo, movimento que tem por base a adoção de diferentes mecanismos de superexploração do trabalho e extração da mais-valia.

Para este autor, com a ampliação do setor de serviços e o contingente cada vez mais numeroso de trabalhadores nessas atividades, é de se esperar que esteja em curso grande pressão por intensificação do trabalho, especialmente nos setores mais competitivos e que mais concentram capital, como é o caso de finanças, telefonia, comunicações, pesquisas, entre outros.

Mas isto ocorre também no caso dos serviços sociais, que se baseiam mais na inteligência, capacidade relacional e defesa de direitos, como são os serviços prestados por profissionais no campo das políticas sociais, entre eles os assistentes sociais. Neste âmbito, é a totalidade das capacidades humanas que são ativadas quando se fala em intensidade.

Também o caráter social do trabalho assentado nas relações de cooperação com o coletivo de trabalhadores e no aprendizado mútuo que daí deriva devem ser considerados na análise da intensificação do trabalho, resultando sempre em maior

empenho, maior consumo de energia pessoal, maior dispêndio de capacidades físicas, cognitivas e emocionais que derivam em “mais trabalho”.

A intensidade do trabalho para Dal Rosso (2008), diferentemente da produtividade do trabalho que decorre do desenvolvimento das forças produtivas, remete à maneira como é realizado o ato de trabalhar, portanto a atenção está concentrada na pessoa do trabalhador, no coletivo de trabalhadores. Para ele, o que caracteriza a presença do fenômeno da intensificação do trabalho é o fato de ser exigido do trabalhador algo mais, um empenho maior, seja físico, intelectual ou emocional, ou alguma combinação dos três, o que é mais provável.

Em suas palavras:

A intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização. Além do envolvimento pessoal, o trabalhador faz uso de relações estabelecidas com outros sujeitos trabalhadores, sem as quais o trabalho se tornaria inviável. (DAL ROSSO, 2008, p. 21).

Sabemos que no capitalismo o controle sobre os meios e os processos de trabalho e, portanto, sobre a definição do grau de intensidade do trabalho, sai do controle do trabalhador e se concentram, total ou parcialmente, nas mãos do empregador, dadas as relações de compra e venda do trabalho assalariado mediado pelo contrato.

Contudo, como o instrumento contratual não especifica o grau de intensidade. Do trabalho a priori, os trabalhadores podem resistir aos processos de intensificação mediante sua capacidade de organização e luta coletiva; e considerando também os padrões de intensidade construídos através do tempo e assumidos como referência pelos trabalhadores e suas organizações representativas para fundamentar sua pauta de reivindicações.

No entanto, é certo que nenhum desses argumentos pode conferir ao trabalhador o poder de controlar o grau de intensidade de sua atividade laboral, que em última análise expressa o grau de exploração a que é submetido pelo empregador em seu trabalho. Por essa razão a intensidade do trabalho permanece

como objeto de permanente disputa, no âmbito do conflito social que opõe o interesse dos capitalistas, que exigem sempre “mais trabalho”, e dos trabalhadores, que resistem e buscam ritmos e cargas de trabalho sempre menores (Idem, p. 25).

As conclusões da pesquisa de Dal Rosso (2008) apontam para a existência de “mais trabalho” nessa conjuntura de crise capitalista: o trabalho é mais intenso, o ritmo e a velocidade são maiores, o controle e a cobrança por resultados são mais fortes, bem como a exigência de polivalência, acúmulo de tarefas, versatilidade e flexibilidade. Intensificação do trabalho equivale, pois ao aumento da degradação e da exploração do trabalho. Ou, em outros termos, a adoção de estratégias de redução do trabalho pago e ampliação do trabalho excedente, o que está na raiz do sofrimento do trabalhador assalariado.

As estratégias de intensificação do trabalho vêm sendo incorporadas gradativa e sutilmente, e talvez não estejam ainda claramente perceptíveis para o conjunto de trabalhadores sociais, particularmente na esfera estatal. Mas ganham concretude no ritmo e na velocidade do trabalho, nas cobranças e exigências de produtividade, no maior volume de tarefas, nas características do trabalho intelectual demandado, no peso da responsabilidade (Idem, p. 188).

Baseados em tudo o que já foi relatado, se optar por analisar as questões que envolvem a educação permanente no aspecto que é atualmente de extrema utilidade para a sociedade que se volte à atenção ao educar, pois somente dessa forma conseguir-se-á uma melhora na qualidade de vida da população em geral, pois há a necessidade de explorarem-se sempre as mudanças que ocorrem no cotidiano, e com base nesse estudo fazer-se presente a educação permanente dentro do âmbito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício profissional dos assistentes sociais está sendo diretamente atingido pela precarização das condições e relações de trabalho. Os assistentes sociais estão exercendo suas atribuições e competências profissionais submetidos a contratos temporários, terceirizados, subcontratados, de modo que sua autonomia e estratégias profissionais têm sido comprometidas pelas condições objetivas de sua inserção no mercado de trabalho. Trata-se da materialidade das atuais condições históricas de inserção dos assistentes sociais na condição de trabalhador assalariado, bem como dessa determinação histórica no quadro agudo das expressões da questão social.

As demandas apresentadas ao Serviço Social, em tempo de hegemonia do capital financeiro e do padrão flexível, são manifestações fenomênicas das contradições e antagonismos da sociedade burguesa, repostas em outro patamar.

As novas expressões da questão social interferem não só na condição de trabalhador do assistente social, como redesenha seu próprio objeto de intervenção profissional. No enfrentamento da recomposição do valor, o novo padrão de acumulação cria novos padrões de regulação.

Trata-se de um contexto de regressão de direitos e de desmonte do sistema público de proteção social, desafiando os assistentes sociais em seus princípios se diretrizes construídas na dinâmica da trajetória de ruptura com o conservadorismo na profissão, bem como de consolidação de um projeto ético-político profissional comprometido com a universalidade de direitos e com a emancipação do sujeito social.

As condições sócias históricas atuais exigem uma competência profissional sociopolítica, alicerçada em um referencial teórico que permita a apreensão das mediações presentes entre a singularidade dos sujeitos e a universalidade de suas determinações, e a construção de uma instrumentalidade que potencialize o exercício profissional em direção aos princípios e diretrizes expressas no processo histórico de construção do projeto ético-político profissional e na organização da categoria e de suas entidades representativas.

A análise das contradições constituintes do efetivo exercício profissional agrega um complexo de determinações e mediações que possibilite a apreensão de seu significado social no conjunto das relações sociais de produção e reprodução do

capital. Essa investigação exige articular o projeto profissional construído pela categoria com as condições de sua realização mediada pelo trabalho assalariado.

A educação permanente para estes profissionais se constitui numa estratégia de formação profissional a partir da possibilidade de construir-se e transformar-se no e o mundo do trabalho em um movimento dinâmico mediado por valores éticos e políticos.

Por essa razão é que a educação permanente, sendo reflexão crítica sobre o processo de trabalho, se constituiu numa dimensão formativa vivenciada nas situações de trabalho dos assistentes sociais, que se dá através da problematização coletiva das demandas que se apresentam, do desejo político e ético profissional, portanto, uma estratégia de formação profissional continuada e de possibilidade de mudança e superação das práticas organizacionais, para consolidação de um projeto ético-político comprometido com a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da democracia e da emancipação da cidadania.

Com essa pesquisa pude aprofundar na carreira que escolhi para seguir, verificar com mais foco a ética, o que acontece no cotidiano, como as pessoas veem o serviço social, como é verificar as expectativas das pessoas em relação a sua profissão, eu pude com isso fazer todas essas análises e dessa forma entender todo o contexto que envolve a estrutura e os demais setores dentro da assistência social.

Consegui dinamizar e até mesmo organizar para melhoria do serviço que irei prestar e em como reivindicar o que houver necessidade, pensando sempre no próximo e não esquecendo de mim e de meu compromisso com o social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABEPSS. **Desafios à Formação Profissional em tempos de crise mundial - ABEPSS nas atividades comemorativas de 15 de maio de 2009**. Brasília:

ABEPSS, 2009. Disponível em www.abepss.org.br, Consultado em 10 de fevereiro de 2011. ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em www.abepss.org.br - Acesso em 01/07/2017.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da ABEPSS**. Brasília: 2010. Disponível em www.abepss.org.br, Consultado em 10 de fevereiro de 2011. ABEPSS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. In Cadernos ABEPSS nº 7. São Paulo, Cortez, 1997, 58-76 - Acesso em 01/07/2017.

ABEPSS; CFESS. **As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 108 Out/Dez. São Paulo: Cortez Editora, 2011 - Acesso em 01/07/2017.

ABREU, Maria Helena Elpidio; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Desafios do Estágio Supervisionado na atualidade**. in DAHMER, Larissa; ALMEIDA, Ney Luiz T. Serviço Social e Educação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

ALMEIDA, N. T. **Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.52, p.24-47,1996.

_____. **Serviço social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios**. In: I ENCONTRO ESTADUAL DE SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2004. (Mimeo).

Associação Brasileira de pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

_____. **Diretrizes Gerais Para o curso de Serviço Social**. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.)

Disponível em:

http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

Acesso em: 09/09/2017.

BARROCO, Maria Lucia Silva, TERRA, Sylvia Helena, **Código de Ética do/a Assistente Social - Comentado (1993)**, Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, (organizador) - São Paulo: Cortez, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula, **Estratégias em Serviço Social**, São Paulo: Cortez, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A questão da assistência social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano X, v. 30, p. 109-126, abr. 1989. _____. **A política social do estado capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008. _____. **O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. _____. **Globalização, correlação de forças e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

FEHLBERG, M. P. A. **Serviço Social: influências religiosas, constituição da profissão e os desafios atuais**: EST/PPG, 2009. 123 f.: il. Disponível em: http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=157>. Acesso em: 01/07/2017.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos, **Educação Permanente e Políticas Sociais, Coleção Didática do Serviço Social 02**, 1ª edição, Papel Social, Campinas, 2016.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos, Educação Permanente e Políticas Sociais, prefácio de Maria Lúcia Martinelli, Campinas: Papel Social, 2016. p. 156. (Coleção didática do serviço social).

FREIRE, Paulo, **política e educação**, 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003 (Coleção Questões da Nossa Época).

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. In Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 62, 2000. _____. **A instrumentalidade do serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade - Trabalho e Formação**, 4ª ed. São Paulo: Cortez - 2001.

IAMAMOTO. M. V. **O Debate Contemporâneo do Serviço Social e a Ética Profissional**. Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis. Org. Dilsea A. Bonetti, Marlise V. Silva, Mione A. Sales e Valéria M. M. Gonelli. São Paulo/SP, 2009. Editora Cortez.

IAMAMOTO, Marilda Villela, **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 3ª. ed. - São Paulo, Cortez, 2000

IAMAMOTO, Marilda Villela, **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela, **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Mota, Ana Maria; BRAVO, Maria Inês; UCHOA, Roberta; NOGUEIRA, Vera;

MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Ed. Cortez. 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Potyara A. **Políticas e necessidades humanas com enfoque no gênero**. **Sociedade em Debate**, Pelotas, vol. 12, 1, p. 67-86, jun. 2006.

PINTO, B. A. C. & YAMAMOTO, M. I. **Desenvolvimento Histórico do Serviço Social**. 2010. Disponível em: <http://fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/artigo_10.pdf>. Acesso em: 01/07/2017.

SIMIONATTO, Ivete. **Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios do Serviço Social**. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 7-21, jan./mar. 2014.

SOUZA, L. V. A. **A História do Serviço Social no Brasil. Conteúdo Jurídico, Brasília- DF: 30 jun. 2012**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?Artigos&ver=2.37823&seo=1>>. Acesso em: 01/07/2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.